

RETRATOS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+ NO BRASIL

Cleyton Feitosa¹

RESUMO

O presente trabalho objetiva lançar luz sobre a violência política contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, entre outros (LGBTI+) no Brasil contemporâneo. Trata-se de uma pesquisa nova e inicial, voluntária e sem financiamento ou vínculos institucionais, desenvolvida após a conclusão da minha tese de doutoramento que versou sobre a interação entre Movimento LGBTI+ e partidos políticos no Brasil. Durante a tese, vimos que a violência política foi uma das barreiras à institucionalização dos valores e interesses da militância LGBTI+ nos partidos e apontamos esse fenômeno como agenda de pesquisa, posto que subteorizado. À princípio, estabelecemos três objetivos específicos para essa nova pesquisa: (i) identificar episódios de violência política contra LGBTI+ no Brasil; (ii) analisar padrões e consequências da violência política contra LGBTI+ no Brasil e, (iii) verificar medidas de combate à violência política contra LGBTI+ no Brasil. Por razões de espaço, nessa proposta pretendemos desenvolver o primeiro objetivo específico, identificando episódios ocorridos no país. Para tanto, lançamos mão de pesquisa bibliográfica e documental, vez que levantamos reportagens e matérias jornalísticas, além de outros documentos e postagens na internet e em redes sociais, que relatassem episódios de violência política contra LGBTI+. O referencial teórico-metodológico está fundamentado em trabalhos de Biroli e Miguel (2015), Borrilo (2010), Facchini (2020), Feitosa (2022) e Green (2018; 2019). Os resultados parciais identificaram casos de violência política LGBTIfóbica contra Harvey Milk,

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco - Campus Agreste (UFPE/CAA). É autor do livro “Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil” (Appris, 2017). Tese premiada na Categoria Finalista no Concurso Brasileiro ANPOCS de Teses e Dissertações Universitárias em Ciências Sociais - 2023. Recebeu Menção Honrosa pela Dissertação de Mestrado no Prêmio ABETH de Dissertações e Teses Universitárias em Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero (2018). É membro do Grupo de Pesquisa sobre Relações entre Sociedade e Estado (Resocie - IPOL/UnB) e Núcleo de Pesquisa Flora Tristán (IPOL/UnB), sócio efetivo da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH). Endereço eletrônico: cleyton_feitosa@hotmail.com;

Herbert Daniel, Renildo José dos Santos, Têko, Edgar Souza, Eduardo Leite, Jean Wyllys, Marielle Franco e diversas mulheres trans eleitas após 2020.

Palavras-chave: Violência, Política, LGBTI+, Democracia, Participação.

INTRODUÇÃO

A temática da pesquisa que ora pretendemos desenvolver é o da violência política contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, entre outras identidades não cis-heterossexuais (LGBTI+) no Brasil contemporâneo como expressão dos desafios à participação política desse grupo e, por conseguinte, das barreiras ao funcionamento da democracia brasileira e da vigência dos direitos humanos.

A pesquisa se justifica porque está interessada em conhecer as dinâmicas de participação de grupos socialmente minoritários. Contudo, há relativa escassez de estudos sobre segmentos estigmatizados como é o caso da população LGBTI+.

O estudo também interessa à sociedade em geral, pois a manutenção de desigualdades prejudica o funcionamento da democracia, da justiça social e colabora para a reprodução de violências. Por fim, é relevante para a comunidade estudada, pois ela é a principal afetada pela vulnerabilidade social que dificulta o acesso às instâncias políticas e, portanto, à representação política.

Nesse sentido, temos como problema de pesquisa a seguinte questão: como a violência política contra a população LGBTI+ se manifesta no Brasil contemporâneo?

Temos como objetivo geral analisar como a violência política contra a população LGBTI+ se expressa no Brasil contemporâneo e como objetivos específicos (i) identificar episódios de violência política contra LGBTI+ ocorridos no Brasil, (ii) analisar diferentes modalidades de violência política contra LGBTI+ e, por fim, (iii) apresentar uma definição do conceito de violência política contra a população LGBTI+.

A metodologia foi baseada em pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2002). Levantamos e analisamos casos de violência política LGBTI+ registrados em suportes acadêmicos, jornalísticos e nas redes sociais. A relação de trabalhos acadêmicos utilizados consta nas referências bibliográficas, já o conjunto de fontes jornalísticas e materiais disponíveis na internet utilizados consta na seção metodológica.

Assim, o artigo está dividido entre as seguintes seções: introdução, metodologia, breve referencial teórico, resultados e discussão, considerações finais e as referências bibliográficas.

METODOLOGIA

A abordagem dessa pesquisa é eminentemente qualitativa, pois almejou estudar um fenômeno social que não é possível ser quantificado. Não existe no Brasil registros oficiais sobre casos de violência política contra a população LGBTI+ no Brasil, nem é nosso objetivo levantar amostras expressivas que representem um universo exato ou preciso. Na verdade, o estudo possui caráter exploratório a partir de uma amostragem pequena. Além disso, buscaremos aprofundar questões subjetivas do fenômeno (GIL, 2002).

Em relação à técnica de obtenção de dados, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida a partir de materiais já publicados, como livros, artigos, periódicos e outros, e documental, uma vez que buscamos reportagens e matérias jornalísticas, além de outros documentos e postagens disponíveis na internet e em redes sociais, que versem ou relatem episódios de violência política contra LGBTI+ no Brasil de modo a formar um corpus para posterior análise e escrita do artigo (GIL, 2002).

Quadro 1 - Relação de fontes jornalísticas e materiais da internet utilizados na pesquisa.

Portal	Título da Matéria	Data da Publicação
1. Aventuras na História	Há 44 anos, Harvey Milk era assassinado nos EUA	31/01/2021
2. O Globo	O vereador torturado e decapitado por se declarar gay, em Alagoas	16/03/2023
3. Congresso em Foco	“Sofri homofobia e humilhação”, diz prefeito gay	31/12/2016
4. Portal Geledés	Este prefeito enfrentou a homofobia e se casou com seu companheiro após 13 anos juntos	06/03/2017
5. UOL	“Eu sou gay. Não tenho nada a esconder”, diz governador Eduardo Leite	01/07/2021
6. G1	João Doria desiste da pré-candidatura à presidência; veja a íntegra do discurso	23/05/2023
7. Instituto Marielle Franco	Quem é Marielle Franco?	Sem data
8. BBC News Brasil	Rejeição da família, pedido de casamento e luto: a história de amor interrompida de Marielle e Mônica	30/03/2018
9. ANTRA	Candidaturas trans foram eleitas em 2020	Sem data
10. Carta Capital	Número de vereadoras trans mais que triplicou em 2020, mas preconceito ainda limita atuação	10/07/2021
11. G1	Vereadora do PT da Câmara de Niterói acusa colega do PSOL de lesbofobia ao dizer: “Vou te tratar como homem”	08/07/2021

Portal	Título da Matéria	Data da Publicação
12. G1	Vereadora é abraçada e beijada à força por parlamentar em sessão da Câmara de Florianópolis	08/12/2022
13. Bee40tona YouTube	JEAN WYLLYS - DE VOLTA AO BRASIL: BBB, mandatos, exílio e arte #epi32	07/09/2023
14. Facebook Filipa Brunelli	Postagem sobre ameaça de morte sofrida por atuar na causa LGBTI+	06/08/2021

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de cada site.

REFERENCIAL TEÓRICO

Qualquer interpretação aprofundada do mundo social precisa incorporar simultaneamente os eixos de gênero, raça e classe nas análises (BIROLI; MIGUEL, 2015). De acordo com os autores, determinantes sociais, como a sexualidade, entre outros, importam “na construção da posição social dos diferentes grupos de pessoas, contribuindo para produzir as suas alternativas e os obstáculos que se colocam para sua participação na sociedade” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29). Significa dizer que determinadas condições e características posicionam os sujeitos em lugares de privilégio ou de subalternidade em sociedades marcadas pelas desigualdades.

O foco na interseccionalidade proposto por Birolí e Miguel (2015) nos ajuda a entender o porquê de “homossexuais” passamos a tratar de uma multiplicidade de sujeitos representada pela sigla LGBTI+ ou LGBTQIA+. Regina Facchini explica que na atualidade vivenciamos “a passagem de uma ênfase nas identidades, baseada no essencialismo estratégico, para uma ênfase na “experiência”, com inspirações em teorias queer, decoloniais e/ou no feminismo negro” (FACCHINI, 2020, p. 59-60). Assim, se antes a homossexualidade era concebida como identidade política, atualmente há múltiplas formas de vivermos experiências não convencionais de gênero e sexualidade.

Independente das polêmicas teóricas ou políticas em torno da existência de identidades fixas ou experiências no que diz respeito a grupos de diversidade sexual e de gênero, o Brasil amarga índices alarmantes de violência contra essa população segundo fontes oficiais do governo brasileiro (BRASIL, 2013). Esse cenário marcado por inúmeras violações de direitos humanos, popularmente conhecido como homofobia ou LGBTIfobia (BORRILLO, 2010), pressionou os próprios atores que compõem este segmento social a se organizarem politicamente e fundarem o que se convencionou chamar de Movimento LGBTI+ (GREEN, 2019).

O Movimento LGBTI+, como típico movimento social, desenvolve diversos repertórios de ação coletiva que visam chamar atenção da sociedade para um problema social com a finalidade de lutar por direitos e por igualdade (GREEN, 2019). É por esse motivo que ativistas criaram as chamadas Paradas do Orgulho LGBTI+. Almejando atrair atenção da grande mídia e da sociedade, o Movimento LGBTI+ desfila em grandes avenidas das cidades brasileiras em busca de igualdade de direitos e respeito.

Outro repertório de ação desses atores para conquistar direitos é participar diretamente da política institucional. Segundo Facchini, “o processo de cidadanização também influenciou na participação de candidatos LGBT em disputas eleitorais” (2020, p. 43). No entanto, a aproximação desses sujeitos às instâncias políticas formais tem resultado em violência política de caráter LGBTIfóbico. O historiador James Green relata em sua obra o assassinato de Renildo José dos Santos, vereador do município de Coqueiro Seco/Alagoas. O vereador foi sequestrado e esquartejado após assumir em um programa de rádio que era bissexual no ano de 1993 (GREEN, 2019).

A intensa violência contra a população LGBTI+ somada ao regime ditatorial brasileiro produziram a exclusão sistemática desse segmento das instituições políticas, como partidos políticos, prefeituras, governos estaduais, câmaras municipais, assembleias estaduais e o Congresso Nacional. Com o processo de redemocratização e a própria organização política, esta população começa a acessar instituições políticas, mas sofre a reprodução da violência LGBTIfóbica agora no campo político. Em face desse acesso ser ainda bastante restrito, a violência política contra LGBTI+ é um problema social subteorizado que requer maior sistematização e compreensão.

VIOLÊNCIA POLÍTICA LGBTI+: VÍTIMAS, MODALIDADES E CONCEITO

A presente seção tem como objetivo identificar episódios de violência política contra LGBTI+ ocorridos no Brasil, analisar as diferentes modalidades em que este fenômeno se expressa e apresentar uma proposta de definição conceitual. É importante dizer que não se trata de um levantamento exaustivo e completo dos casos. O critério de escolha deles se baseou no conhecimento prévio do autor sobre os episódios relatados e em achados decorrentes de pesquisas na internet.

Antes de adentrar especificamente no Brasil, é necessário recuperar a trajetória do político estadunidense Harvey Milk em face do seu pioneirismo. Milk foi o primeiro homem assumidamente gay a ser eleito a um cargo público no estado da Califórnia, atuando como supervisor (equivalente aos vereadores brasileiros) da

cidade de São Francisco. De acordo com o portal Aventuras na História, o político patrocinou um projeto de lei que proibiu atitudes discriminatórias realizadas com base na orientação sexual em empresas, condomínios e locais públicos. Em 27 de novembro de 1978 o ativista gay foi assassinado por outro supervisor californiano, Dan White, que atirou em Milk e no prefeito de São Francisco, George Moscone.

Trazendo para o Brasil em época semelhante, no começo dos anos 70, não era possível falar em um ativismo homossexual dado que o país vivia sob regime autoritário. As primeiras iniciativas para formação desse movimento social ocorrem somente em 1978 com a fundação do Somos - Grupo de Afirmação Homossexual a partir do abrandamento da ditadura militar que se encerraria nos anos posteriores (MACRAE, 2018 [1990]). Um dos fatores para a derrocada do regime autoritário foi a resistência de setores da classe média progressista que militava em grupos clandestinos, uma vez que os partidos de esquerda haviam sido extintos pelos militares. Em determinado momento da ditadura, uma parte da esquerda entendeu que a resistência só lograria êxito se fosse armada (GREEN, 2018).

É aqui que chegamos ao caso de Herbert Daniel. Daniel era estudante da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, quando abriu mão da sua carreira promissora para colaborar nas lutas coletivas pela democracia brasileira. Sua brilhante biografia escrita por James Green (2018) relata que Herbert Daniel viveu intensos conflitos internos para conciliar sua homossexualidade e a militância de esquerda nos grupos em que participou, tendo pouco acolhimento por parte de seus companheiros. Uma exceção foi sua colega Dilma Rousseff que lhe deu escuta em um momento de sofrimento em face de um amor platônico por um companheiro de militância heterossexual. Seu biógrafo argumenta que Herbert Daniel vivera um duplo exílio: um primeiro decorrente da ditadura militar que fez com que ele precisasse viver em países da Europa e um segundo exílio resultante da homofobia generalizada na sociedade brasileira, inclusive na esquerda revolucionária (GREEN, 2018).

Como mencionado no referencial teórico, houve o episódio de violência política contra Renildo José dos Santos. O historiador James Green relata em sua obra *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX* o assassinato de Renildo José dos Santos, vereador do município de Coqueiro Seco, no estado de Alagoas, Nordeste brasileiro. O vereador foi sequestrado e esquartejado após assumir em um programa de rádio que era bissexual no ano de 1993 (GREEN, 2019). Em matéria do O Globo, é explicado que antes do seu assassinato propriamente dito, Renildo foi alvo de três tiros em um atentado, razão pelo qual ele denunciou tal perseguição à Comissão de Direitos Humanos da ONU e pediu proteção policial ao governo estadual de Alagoas, sem sucesso.

Embora raros, o Brasil contabiliza alguns casos de ocupantes LGBTI+ em cargos no Executivo, como prefeitos e governadores. Estes parecem estar ainda mais vulneráveis à violência política LGBTIfóbica, na medida em que a disputa majoritária tende a ser ainda mais acirrada em face da fórmula eleitoral (50% dos votos + 1) e da quantidade de cargos públicos em disputa. No ano de 2016, o portal de notícias Congresso em Foco destacou o caso do prefeito Têko (PHS) de Itapecerica, município de Minas Gerais. A matéria diz: “homossexual assumido, ele foi alvo de ataques e ofensas por causa da sua orientação sexual durante a campanha eleitoral” (CONGRESSO EM FOCO, 2016, p. 1).

Ao longo da campanha, a casa onde ele e sua mãe moram foi pichada com palavras ofensivas e preconceituosas. Fotos dele fantasiado foram espalhadas pela internet. “Sofri muitas humilhações, meu nome foi achincalhado nas redes sociais. Minha voz foi motivo de chacota entre meus adversários. Sofri homofobia e recebi todos os nomes que um ser humano pode ganhar, todas as humilhações”, relatou. O caso ainda é investigado pela polícia, que busca os autores dos ataques (CONGRESSO EM FOCO, 2016, p. 1).

Outro prefeito gay que sofreu violência política LGBTIfóbica foi Edgar Souza (PSDB), do município de Lins, estado de São Paulo. De acordo com reportagem do HuffPost Brasil republicada pelo Portal Geledés, na primeira campanha que concorreu à prefeitura de Lins, Edgar Souza teve cartazes com fotos dele e do seu companheiro espalhados pela cidade com mensagens depreciativas. Uma das mensagens dizia: “se votar 45 sua cidade vai ser governada por esta família”, em nítida campanha difamatória por parte de adversários políticos. Talvez por essa razão, Souza passou a conciliar a militância partidária com o ativismo LGBTI+, tornando-se posteriormente Presidente Nacional da Diversidade Tucana, Secretariado LGBTI+ do PSDB, durante o segundo Encontro Nacional da instância, na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, em 2019 (FEITOSA, 2022).

No ligar dos motores para a disputa presidencial de 2022, em julho de 2021, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), revelou publicamente que é homossexual em entrevista ao programa de televisão Conversa com Bial, da TV Globo. De maneira atabalhoada, Leite anunciou

Eu sou gay, eu sou gay e sou um governador gay. Não sou um gay governador, tanto quanto Obama nos EUA não foi um negro presidente. Foi um presidente negro. E tenho orgulho disso. Não trouxe esse assunto, mas nunca neguei ser quem eu sou. Nunca criei um personagem (UOL, 2021, p. 1).

Aquela altura, Eduardo Leite já era alvo de especulações a respeito da sua (homo)sexualidade no meio político e talvez estivesse cansado dos rumores que se espalhavam cada vez mais, mas acreditamos que sua saída pública do “armário” anunciada em programa de grande audiência televisiva tenha sido parte de uma estratégia política. As evidências disso são o contexto político daquele momento: às vésperas da disputa presidencial, Eduardo Leite disputaria prévias com João Dória Jr. para ser o candidato do PSDB à Presidência da República (tendo perdido o pleito em um processo interno conturbado para seu concorrente) e apostava em ser o contraponto ao Presidente da República vigente, Jair Bolsonaro, e seus discursos e ideias homofóbicas. A contradição, alvo de críticas a Leite, é que ele havia declarado apoio ao próprio Bolsonaro nas eleições de 2018.

Após o anúncio da desistência de João Dória Jr. concorrer ao governo federal, Eduardo Leite se voltou para a disputa eleitoral no estado do Rio Grande do Sul. Seu concorrente agora era o representante do campo bolsonarista, Onyx Lorenzoni (PL). Eduardo Leite foi vítima de violência política LGBTIfóbica durante a campanha tanto da direita quanto da esquerda. O programa de rádio de Onyx Lorenzoni declarou que os gaúchos teriam um governador e uma primeira-dama de verdade. Também foram espalhados cartazes com os dizeres “RS é alérgico a carne de viado e lactose”. No campo da esquerda, um perfil do instagram atribuído ao PSOL do município de Navegantes postou uma imagem com tanques cor de rosa, criticando não somente as ações do governador, mas sua identidade gay, sinalizando que a LGBTIfobia, como fenômeno estrutural, está presente em todos os espectros ideológicos. Apesar dos ataques, Eduardo Leite foi reeleito governador do Rio Grande do Sul com 57,12% dos votos um ano após ter se assumido homossexual e com apoio da esquerda.

Outra vítima da violência política contra LGBTI+ foi o ex-deputado federal Jean Wyllys (ex-PSOL, atual PT). Durante seus dois mandatos, entre 2011 a 2018, Wyllys foi vítima de toda sorte de ataques e perseguições nas redes sociais, nas ruas e nas dependências do Congresso Nacional. O cenário de crise política decorrente do golpe de 2016 (MIGUEL, 2019) somado ao crescimento da direita e da extrema-direita causariam diversos desgastes, ataques e violências contra ele, fenômeno que passaria a ser cada vez mais presente entre representantes políticos LGBTI+ eleitos a partir de 2020. O fortalecimento do neoconservadorismo no país (BIROLI, MACHADO, VAGGIONE, 2020) fez com que Jean Wyllys sofresse ameaças a sua integridade física e a de seus familiares, forçando-o a renunciar ao seu terceiro mandato de deputado federal e se exilar do país em 2019, retornando somente em julho de 2023 em um contexto político em que Jair Bolsonaro havia sido considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral em virtude de abuso

de poder político. Em entrevista recente para Marcio Rolim, do canal Bee40tona², Jean relatou o processo de violência política sofrido durante o seu mandato:

Passei a sofrer, a partir de 2016, frequentes ameaças que foram se agravando. À medida que essas ameaças apareciam, elas vinham por telefone do gabinete, ela vinham por meio das mídias sociais, elas vinham pelo meu telefone pessoal. Eu fui denunciando à Polícia Federal, eu fiz 17 denúncias à Polícia Federal. A Polícia Federal não moveu um milímetro pra identificar quem eram essas pessoas, quem estava me ameaçando e por quê. Diante disso, eu fiz uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que é a Organização dos Estados Americanos. A OEA analisou todas as provas que eu apresentei. Os comissionados vieram ao Brasil, fizeram uma visita, checaram todos os fatos e disseram: “você corre risco de morte sério. Não só porque as organizações criminosas podem lhe matar, mas porque você pode ser morto por um lobo solitário”. E, além do mais, eu poderia ser morto de uma maneira que a minha morte acabasse por me difamar que era fingir um assassinato passional. Tipo, um amante me matou. E eles são capazes disso (em seguida, exemplifica com o caso de Zuzu Angel). A CIDH pediu uma medida cautelar ao Governo Temer. O Governo Temer, que nasceu do Golpe. O Temer negou a medida cautelar de proteção. Então, não tinha outro caminho, Márcio. Não existe autoexílio. Foi exílio (BEE-40TONA, 2023).

Além de Jean Wyllys, outra correligionária de seu antigo partido, o PSOL, foi vítima de violência política. Só que dessa vez uma violência letal. Trata-se de Marielle Franco, socióloga pela PUC-Rio com mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), eleita vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro com 46.502 votos. De acordo com o Instituto Marielle Franco, iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. No dia 14 de março de 2018, Marielle foi assassinada em um atentado com 13 tiros disparados contra o carro em que estava, matando também seu motorista, Anderson Pedro Gomes. Ela tinha um relacionamento estável com sua companheira Mônica Benício.

Quando o bolsonarismo e a pandemia de coronavírus estavam no auge, o número de vereadoras trans eleitas triplicou nas eleições municipais de 2020 em relação ao pleito de 2016. Se, por um lado, isso significou uma contradição

² Entrevista na íntegra pode ser vista em: <https://www.youtube.com/watch?v=C0kCGEyBMH8&t=4853s>. Acesso em: 11 Set. 2023.

ao contexto político autoritário, para nós representou uma resposta dos setores progressistas a toda perseguição LGBTIfóbica promovida pela extrema-direita nos últimos anos. De acordo com levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), foram eleitas 30 candidaturas de pessoas trans naquele ano. Dentre as pessoas eleitas para as câmaras municipais, estão Linda Brasil (PSOL), Duda Salabert (PDT), Maria Regina (PT), Lins Roballo (PT), Benny Briolly (PSOL), Erika Hilton (PSOL), Thammy Miranda (PL), Filipa Brunelli (PT), entre outras.

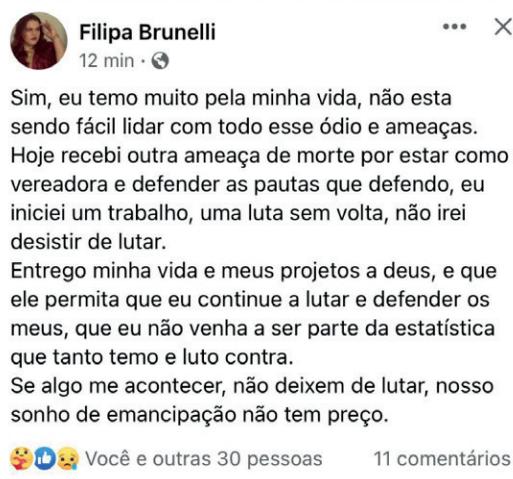
Um fenômeno eleitoral como esse dificilmente passaria despercebido pelos setores conservadores da sociedade e da política brasileiras. Após a posse das eleitas, inúmeros casos de violência política LGBTI+ pipocaram no país. Uma reportagem de Carta Capital trouxe muitos dos desafios vivenciados por essas mulheres trans eleitas em 2020. Lins Robalo (PT), vereadora de São Borja, declarou o seguinte: “Ainda não consegui aprovar projeto algum. Somos minoria como oposição e eu, trans, negra, periférica e obesa, sou a única que difere naquele ambiente branco, machista e conservador” (CARTA CAPITAL, 2021, p. 1). Duda Salabert (PDT), vereadora por Belo Horizonte “sofreu ameaças de morte em duas ocasiões. Segundo ela, o grupo responsável pelos ataques a uma escola em Suzano, na Grande São Paulo, em 2019, encaminhou e-mails ao seu endereço pessoal e da escola onde trabalhava com promessas de matá-la” (CARTA CAPITAL, 2021, p. 1). Duda ainda disse que a maioria dos colegas na Câmara mantém um respeito protocolar, mas nas alas bolsonaristas o desrespeito é explícito.

Já o caso de Benny Briolly (PSOL), vereadora mais votada da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, chama atenção. Ela teve de deixar o país temporariamente para não ser morta depois que ameaças e agressões se intensificaram. Em suas palavras, “Para nós, a violência política não é fato isolado. Tem sido recorrente contra parlamentares negras e travestis (...) Saí devido à omissão do Estado diante das ameaças” (CARTA CAPITAL, 2021, p. 1). Linda Brasil (PSOL), vereadora de Aracaju/Sergipe, também sofre com a violência política LGBTIfóbica. Segundo a reportagem, Linda teme sair às ruas, uma vez que foi vítima de ataques de fundamentalistas religiosos, além de sofrer perseguição na Câmara Municipal.

Ela cita, como exemplo, a rejeição de um projeto comemorativo, a “Semana da Visibilidade Trans”, sem qualquer discussão ou justificativa. Quando questionou a forma como a proposta acabou descartada, recebeu ameaças de ser enquadrada pelo Conselho de Ética e até mesmo ter o mandato cassado. “O argumento utilizado pelos meus colegas é que eu não aceitava a derrota, e isso era uma ameaça à democracia da Casa (CARTA CAPITAL, 2021, p. 1).

Em alguns casos, lideranças políticas LGBTI+ desabafam e denunciam ameaças e perseguições que estão sofrendo no exercício da atuação parlamentar em seus perfis pessoais nas redes sociais. Foi o caso da vereadora de Araraquara/SP, Filipa Brunelli (PT), que disse temer pela sua vida em virtude de suas atividades políticas na sua página pessoal no Facebook.

Figura 1 - Postagem da vereadora Filipa Brunelli



Fonte: Banco de dados do autor, extraído do Facebook da vereadora.

Outro caso, dessa vez ocorrido na Câmara de Niterói/RJ, ocorreu contra a vereadora negra e lésbica Verônica Lima (PT). Seu colega do PSOL, Paulo Eduardo Gomes, atacou sua orientação sexual dizendo “quer ser homem? Então vou te tratar como homem”. Verônica afirmou que o agressor ainda precisou ser contido por colegas da Casa de Leis para não agredi-la. Em resposta ao G1, o vereador disse em sua defesa: “Não há como negar que pratiquei um ato machista e lesbofóbico do qual me arrependo profundamente. Mas racionalmente digo que não desejei constrangê-la, foi a resposta que dei em meio a uma discussão acalorada entre nós”.

Violências políticas contra LGBTI+ também podem ocorrer sob a forma de assédio sexual. Foi o que ocorreu com a vereadora Carla Ayres, ativista lésbica do município de Florianópolis/Santa Catarina. Durante a sessão do dia 07 de dezembro de 2022, o vereador Marquinhos da Silva (PSC) a abraçou e a beijou à força. Carla Ayres publicou as imagens em suas redes sociais e disse que faria um Boletim de Ocorrência por importunação sexual e violência política de gênero. Nesse caso, a fronteira entre violência política LGBTI+ e violência política contra mulheres (BIROLI; MARQUES, 2022) é bastante difusa, uma vez que trata-se de uma

mulher lésbica assediada por um parlamentar homem. No entanto, acreditamos que o caráter LGBTIfóbico esteja presente na medida em que a defesa da causa lésbica é uma das principais bandeiras de atuação da vereadora.

Portanto, e diante da multiplicidade de casos levantados, definimos a violência política contra LGBTI+ como uma modalidade de violência motivada pela orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no exercício da participação social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos da pesquisa, quanto ao primeiro objetivo específico - identificar episódios de violência política contra LGBTI+ ocorridos no Brasil - identificamos diversos casos ocorridos no país. Além do assassinato do supervisor estadunidense Harvey Milk, localizamos ocorrências de violência política contra Herbert Daniel, Renildo José dos Santos, Têko, Edgar Souza, Eduardo Leite, Jean Wyllys, Marielle Franco, Verônica Lima, Carla Ayres e diversas mulheres trans eleitas a partir de 2020, como Linda Brasil, Duda Salabert, Lins Roballo, Benny Briolly, Erika Hilton e Filipa Brunelli. A recorrência é uma evidência de que não são casos isolados, mas trata-se de um fenômeno social que requer atenção.

Em relação ao segundo objetivo específico - analisar diferentes modalidades de violência política contra LGBTI+ - verificamos que ela se expressa de diferentes maneiras. Tanto Harvey Milk quanto Renildo José dos Santos e Marielle Franco foram vítimas de crimes letais, que resultaram na perda de suas vidas. Têko, Edgar Souza e Eduardo Leite sofreram difamações durante campanhas eleitorais. Jean Wyllys, Verônica Lima e diversas mulheres trans foram alvo de ameaças e violências psicológicas. Carla Ayres sofreu assédio sexual. Assim, a violência política LGBTIfóbica se manifesta de modo plural e multifacetado, carecendo maior sistematização.

Referente ao terceiro objetivo específico - apresentar uma definição do conceito de violência política contra a população LGBTI+ - concluímos que trata-se de uma modalidade de violência motivada pela orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no exercício da participação social e política.

A violência política LGBTI+ difere da simples violência política na medida em que o objeto e o alvo da agressão são a orientação sexual e a identidade de gênero das vítimas, portanto, a condição identitária e humana dos sujeitos. A violência política LGBTI+ também não pode ser confundida como mera divergência ideológica ou a respeito de costumes e valores já que o que está em jogo são as vidas dos

atores presentes na política institucional, que requerem acolhimento, inclusão, tratamento igualitário e proteção.

A pesquisa demonstrou que tal fenômeno demanda maiores investigações teóricas e empíricas e, principalmente, maiores intervenções públicas a fim de assegurar a participação democrática de todos e todas. Os resultados apontaram para significativa impunidade e baixa repercussão social. A omissão coletiva e institucional à questão torna a política um terreno ainda mais hostil para pessoas LGBTI+, contribuindo tão somente para o afastamento de parcelas expressivas da população das instituições representativas e para o fortalecimento das desigualdades da democracia.

REFERÊNCIAS

BEE4OTONA. **JEAN WYLLYS - DE VOLTA AO BRASIL: BBB, mandatos, exílio e arte #epi32.** YouTube, 7 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/live/COkCGEyBMH8?si=cJ1KKA2_YyhzfkQr.

BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** Ed. Boitempo: São Paulo/SP, 2020.

BIROLI, F.; MARQUES, D. “Mulheres e política: violência contra as mulheres e de gênero na política”. In: PERISSINOTTO, R. et al. (Org.). **Política Comparada: teoria e método.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2022, p. 645-678.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez., 2015.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2012.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

FACCHINI, R. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Org.) **Direitos em disputa:**

LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 126-138.

FEITOSA, C. **Movimento LGBTI+ e partidos políticos:** a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil. 2022. 415 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREEN, J. N. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2019.

GREEN, J. N. **Revolucionário e gay:** a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MACRAE, E. **A construção da igualdade:** política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018 [1990].

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil:** da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.